



LISBOA EM COMUM

*Moção A: Um programa
para a concelhia de Lisboa
2022—2024*

Moção A: Um
programa para a
concelhia de Lisboa
2022—2024

As eleições para a nova Coordenadora Concelhia de Lisboa serão já no próximo dia 26 de novembro e, como sempre, a participação de todos e de todas nestes processos de exercício da democracia interna é relevante. A anterior concelhia foi um órgão plural, composta por camaradas de duas listas diferentes, com visões distintas do trabalho concelhio, que conseguiu levar a cabo um trabalho importante num período particularmente difícil.

Em dois anos, atravessamos uma pandemia e três processos eleitorais muito exigentes para todo o partido. Adaptamo-nos à pandemia para continuarmos a discutir política para a cidade. Convocamos e mobilizamos toda a gente para campanhas que sabíamos difíceis, mas que cumprimos com todo o empenho e militância a que o Bloco de Esquerda nos habituou.

Em Lisboa, mantivemos as e os deputados municipais e a vereação, com a eleição da Beatriz Gomes Dias, onde agora o Bloco de Esquerda é a oposição frontal à cidade elitista que Carlos Moedas quer criar, que não responde pelas pessoas no que toca à habitação, mobilidade e igualdade. No próximo ciclo, que será marcado por um empobrecimento que o Governo do PS teima em ignorar e que da parte do Executivo de Carlos Moedas tem as velhas respostas da Troika, o nosso desafio é o mesmo: juntar forças para trazer justiça à vida das pessoas.

A CRISE DA DIREITA NO PODER

No primeiro ano de mandato Moedas foi claro: “Dar respostas aos investidores é a prioridade do meu mandato”. Tem sido esse o seu mote. Para os especuladores há via verde na Câmara, para as pessoas que trabalham tudo são dificuldades.

Moedas parou o Programa de Renda Acessível, aprovou apenas 40 milhões para a recuperação dos bairros municipais, recusou-se a intervir sobre o Alojamento Local, tendo sido forçado a suspender as licenças pela esquerda e pelo PS, e tentou vender 20 milhões de propriedade municipal.

Para o luxo nunca faltou. Foram devolvidos 7 milhões de IRS aos mais ricos da cidade, foram dados 35 milhões de gastos correntes para a vinda do Papa, 6,3 milhões para a Web Summit, 3 milhões para o Rock in Rio, 2 milhões para o Kalorama, autorizações extraordinárias para festas privadas no parque florestal de Monsanto quando o país ardia. Pelo contrário, famílias foram expulsas de casa pela polícia de intervenção, o apoio alimentar foi reduzido, a resposta às pessoas em situação de sem abrigo e às pessoas refugiadas começou a ser desmantelada.

A recolha do lixo entrou em falência, com a cidade cheia de resíduos junto aos contentores, com as ruas sujas e com um aumento de pragas de baratas e ratos como nunca antes. Reconhecendo que os turistas criam pressão sobre a recolha de resíduos, Moedas só dá 1% da taxa turística para a limpeza urbana, o resto é injetado na promoção de mais turismo.



Moção A: Um
programa para a
concelhia de Lisboa
2022—2024

Face a uma cidade que está a andar para trás, o Partido Socialista tem-se absterido em todas as grandes decisões da cidade: desde o orçamento, à devolução do IRS, aos milhões para os hospitais privados sem aposta no SNS. Parece claro que o PS desistiu de Lisboa.

A Lisboa de Moedas é uma cidade sem gente. O Bloco de Esquerda em Lisboa é a face da oposição frontal que quer construir uma cidade para todas as pessoas.

HABITAÇÃO: CASAS QUE AS PESSOAS PODEM PAGAR

Vivemos uma crise na habitação. Ano após ano repetimos esta frase que sentimos cada vez mais verdadeira e profunda. O pós-covid trouxe o retorno dos despejos sem alternativa habitacional, reabriu as portas do processo agressivo de gentrificação que tornou Lisboa num parque de diversões e um dia acordámos com a direita a liderar o executivo da cidade. O cenário da atual crise económica promete agravar ainda mais a situação de quem apenas consegue sobreviver em Lisboa: a perda de rendimentos a que se juntam os aumentos de renda e da prestação ao banco serão uma realidade a que é preciso dar resposta.

O Executivo de Moedas tem escolhido a violência dos despejos como política pública. Carnide, Campo de Ourique, Marvila, Olaias, Beato. Todas estas freguesias assistiram à fúria de um executivo que trata as pessoas mais vulneráveis como criminosos. O Bloco tem sido a força partidária que denuncia esta violência, que junta esforços com quem resiste e que tem propostas para trazer dignidade às pessoas. O chumbo, pela direita e pelo PS, da proposta do Bloco para a suspensão dos despejos em caso de vulnerabilidade social é a prova do que a direita é capaz e de que o PS ainda não percebeu o motivo pelo qual perdeu as últimas eleições.

A par dos despejos, segue em ritmo acelerado o processo de gentrificação da nossa cidade. Moedas tornou os especuladores e o alojamento local os novos mártires e Medina, agora no papel de ministro das finanças, surge como padrinho de uma proposta bizarra, de atração de nómadas digitais, que tornará ainda mais impossível o acesso a uma casa por parte de quem vive e trabalha em Portugal. Para a direita e para o centro, uma casa é um negócio. Para o Bloco de Esquerda, uma casa é um direito.

Junto com estas surgem outras prioridades, como não deixar que a direita - que quer tornar tudo numa PPP - acabe com o PRA Público, uma bandeira do Bloco que provou ser a única capaz de trazer casas a preços dignos; ou estimular a reconversão de património do Estado (equipamentos militares, por exemplo) em soluções de habitação para estudantes ou para programas de renda acessível.



MOBILIDADE: TRANSFORMAR A CIDADE PARA SALVAR O CLIMA

No que toca à mobilidade, precisamos de falar do que as políticas da direita na cidade significam realmente. Falar em mobilidade é falar de alterações climáticas, é falar de rendimentos das famílias, é falar de direitos de todas as pessoas. Se durante os últimos anos conseguimos alguns avanços (pese embora não tão rápidos quanto gostaríamos), desde há um ano percebemos que a política de mobilidade de Moedas vai ser um vazio que nos fará retroceder vários anos.

Estagnação da rede ciclável, tentativa de destruição da ciclovía da Almirante Reis, desinvestimento no programa Gira, extinção de faixas bus, negação de qualquer debate sobre zonas de emissão reduzida ou super quarteirões, constantes violações dos limites legais ao tráfego aéreo noturno, gestão errática da Carris, prioridade ao automóvel acima de todas as outras formas de mobilidade. São apenas exemplos do que é a política de mobilidade da qual discordamos.

Uma política integrada de resposta à emergência climática deve ser o alicerce central da nossa visão para a cidade. Precisamos de aprofundar uma nova política de mobilidade que use os transportes públicos e a mobilidade suave, para reduzir a dependência do automóvel e que corte a emissão de gases de efeito de estufa, de poluentes que prejudicam a saúde e que reduza a poluição sonora.

É exatamente nisto que o retrocesso se tem verificado, apesar de existirem, hoje, instrumentos de política pública na área da mobilidade que deveriam permitir fazer avanços. A Carris é, por luta do Bloco em Lisboa, pública e municipal, pelo que deve ser eixo central desta política de mobilidade. Há um programa de bicicletas partilhadas, as GIRAS, que tem tido um crescimento na sua utilização muito significativo, o que denota a sua potencialidade para incentivar o uso de meios de mobilidade suave.

Se queremos, efetivamente, descarbonizar a nossa cidade, devemos avançar para a criação de Zonas de Zero Emissões, como aliás já foi aprovado pelo Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Lisboa. Precisamos de aprofundar a rede ciclável de toda a cidade, bem como pensar os arruamentos para que passem a servir os peões, os modos de mobilidade suave e os transportes públicos. Inverter a cidade desenhada para o automóvel é o grande desafio para a mobilidade urbana do futuro, mas do qual não abdicamos.

Um dos debates centrais para responder a esta matéria é, sem dúvida, a questão do aeroporto de Lisboa. Depois de várias mudanças de local, a disputa por uma nova localização, que responda às necessidades a nível da capacidade do atual aeroporto, mas também que responda perante a emergência climática, continua em aberto.

O que sabemos, e o Bloco de Esquerda tem pugnado por essa posição, é que precisamos de gradualmente diminuir a operação em Lisboa. Os custos ambientais e de saúde para milhares de pessoas (de Lisboa e de Loures) são demasiado elevados. Opções para o novo aeroporto que mantenham a operação em Lisboa não devem ser vistos como a solução. Precisamos acabar com os voos noturnos que voltaram a estar em vigor (embora temporariamente) e precisamos de uma solução definitiva para o aeroporto, que não pode passar por continuar a castigar as populações da cidade de Lisboa.



Moção A: Um
programa para a
concelhia de Lisboa
2022—2024

Alargar a gratuitidade dos passes para todas as pessoas, aumentar a frota de autocarros e elétricos, aproveitando o facto de a Carris ser um instrumento central de política pública para a mobilidade, expandir a rede de metropolitano para a zona ocidental da cidade e para Loures cancelando a opção da linha circular, fortalecer a rede Gira, expandir a rede ciclável, trabalhar para criar regulamentos municipais para uma utilização mais harmoniosa de várias formas de mobilidade (como por exemplo trotinetes e bicicletas de utilização partilhada privadas), implementar as Zonas de Emissão Reduzidas e zonas de acalmia de tráfego, devolver o espaço público aos peões e aos modos de mobilidade suave. São algumas linhas matrizes que queremos aprofundar também enquanto concelhia.

IGUALDADE: NINGUÉM FICA PARA TRÁS

O combate pela igualdade plena é um combate de todos os dias. Para as mulheres, que continuam a ser vítimas de femicídio e de sexismo. Para as pessoas LGBTI+, discriminadas no espaço público em função de quem são. Neste campo, consideramos que é necessário lutar pela concretização dos planos municipais que, em tempos, conseguimos implementar, bem como voltar a alargar o debate sobre os próximos planos municipais às associações e movimentos, porque a cidade não pode desligar-se da luta contra a discriminação, nem pode descartar-se da responsabilidade de criar respostas de emergência.

O combate pela igualdade é também um combate permanente para as pessoas migrantes, tantas vezes vítimas de exploração, limbos administrativos que lhes negam acesso a serviços básicos e alvo de preconceitos e discurso de ódio e para pessoas racializadas, que continuam a ser sujeitas a práticas racistas que as discriminam, subalternizam e excluem.

O combate pela igualdade é um combate de todos os dias também para pessoas em situação de sem abrigo que, num ano, viram ser desmantelados os programas de apoio e as políticas de emancipação. Os dados demonstram que, enquanto o Bloco de Esquerda esteve com esta responsabilidade na CML, o número de pessoas em situação de sem abrigo diminuiu na cidade e as respostas estavam a funcionar, em rede e sempre com a participação das pessoas nesta situação.

Também o é para as pessoas com deficiência, às quais as barreiras impedem o direito à cidade e o direito a uma vida independente. Na área da mobilidade, por exemplo, onde o município tem responsabilidade, devemos continuar a exigir que a Carris (que é municipal) coloque em funcionamento total nos seus autocarros as plataformas para pessoas com deficiência, assim como o reforço de projetos emancipatórios como o de Vida Independente.

É também no ideal de uma cidade cuidadora que se materializa a igualdade. Esta é uma certeza que temos - em qualquer fase das nossas vidas, da infância à senioridade - precisaremos de algum tipo de resposta de cuidados. Fazer oposição a um executivo de direita, que cisma em dedicar as suas energias a passar para a esfera privada aquilo que deve ser garantido pelos serviços públicos, como disso é exemplo o Plano de Saúde +65 de Carlos Moedas, é dizer que precisamos do reforço de respostas públicas, gratuitas e universais de cuidados, como creches, lares, centros de dia, serviços de apoio domiciliário e residências partilhadas na cidade de Lisboa.

A promoção da igualdade tem que ser uma prioridade transversal a todas as propostas políticas que apresentamos.



O BLOCO NAS LUTAS DA CIDADE

O Bloco e as suas ativistas têm estado presentes nas lutas da habitação - contra os despejos e pelo direito a viver na cidade; nas lutas da mobilidade - por mais transportes públicos gratuitos e de qualidade e por mais ciclovias e segurança; nas lutas pelo espaço urbano e pela cultura; nas lutas das pessoas racializadas, das mulheres e das pessoas com deficiência. Nestes próximos dois anos seremos construção dessas lutas pelo Direito à Cidade.

Continuaremos, igualmente, a reforçar a organização do Bloco Lisboa. Vamos continuar a articulação com os núcleos de freguesia, fomentando a comunicação com a população nas redes sociais - resolvendo os problemas que têm levado a um desaproveitamento do site - e através de materiais de propaganda dos núcleos. Aprofundaremos as reuniões periódicas com eleitos e eleitas. Estas reuniões e maior comunicação têm sido essenciais para a intervenção local do Bloco, ajudando-nos a colocar questões e a apresentar propostas nos órgãos municipais, bem como nos permitiu ter ações e materiais nas freguesias.

Há dois anos propusemo-nos e concretizamos formações com os e as autarcas de freguesias. Devemos continuar esse esforço, com formações nas questões do PDM, da mobilidade, dos resíduos urbanos, mas também sobre como se constrói uma cidade em comum, antirracista, para as mulheres, para os jovens, para os mais velhos.

Vamos manter as reuniões abertas bimensais da coordenadora concelhia e os plenários concelhios, assim como os momentos de acolhimento de novas militantes que chegam ao Bloco integrando-as, igualmente, nos núcleos da sua freguesia e no trabalho do Bloco.

Faremos este trabalho como só o Bloco sabe fazer: construindo pontes com quem vive a cidade e quer lutar por ela e sendo a oposição consistente aos que julgam que Lisboa pode ser um condomínio fechado. Essa é a nossa experiência de construção aberta do movimento que, entre outras vitórias, tem feito crescer a militância organizada na cidade.

EFETIVAS/EFETIVOS

1. João **Vasco** Cruzeiro Oliveira **Barata**, nº 10218, Campo Ourique
2. **Isabel** Cristina Rua **Pires**, nº 6734, S. Vicente
3. **Beatriz** Gebalina Pereira **Gomes Dias**, nº 4621, Estrela
4. **Ricardo** Sant'Ana Godinho **Moreira**, nº 4622, Arroios
5. **Leonor** Samara **Rosas**, nº 13980, Arroios
6. **Joana** Filipa Mourisca e Pires **Teixeira**, nº 14204, Arroios
7. **Rodrigo** Filipe da Silva Santos **Machado**, nº 14947, Santa Maria Maior



8. Maria **Helena** de Sousa **Figueiredo**, nº 3736, Avenidas Novas
9. **Manuel** José Gomes **Afonso**, nº 16856, Campo Ourique
10. **Dina** Maria Veredas **Nunes**, nº 692, Penha de França
11. **Ana Teresa** de Brito **Sebastião**, nº 15710, Avenidas Novas
12. **João David** dos Reis de **Almeida**, nº 12534, Benfica
13. Maria **Isabel** Pinto **Ventura**, nº 7705, Marvila

SUPLENTES

14. Maria **Carolina** da Anunciação Álvares **Serrão**, nº 16100, Estrela
15. **Luís** Henrique Domingues Salgado dos **Santos**, nº 14190, Campolide
16. **Ricardo** Luís de Barros **Duarte**, nº 2516, Santa Clara
17. **Mónica** Daniela Teixeira da **Rocha**, nº 15116, Benfica
18. **Timóteo** Rodrigues **Macedo**, nº 1104, Misericórdia
19. **Raquel** dos Santos Gonçalves **Lindner** Costa, nº 15034, Ajuda
20. **Carlos** José dos Santos **Solposto**, nº 302, Olivais
21. **Igor** Feliciano Freire **Constantino**, nº 16857, Campolide
22. **Sara** Diana de Campos Leiria **Goulart** de Medeiros, nº 9586, Estrela
23. **Tomás Marques** Barros, nº 12362, Arroios
24. **Ana Catarina** Coutinho Canelas **Rodrigues**, nº 14946, Santa Clara
25. **Afonso** Maria da Silva **Moreira**, nº 10022, Alvalade
26. **Marco** André Gonçalves Neves **Marques**, nº 5160, S. Vicente
27. **Catarina** Bendito de **Medeiros**, nº 2769, Santa Maria Maior
28. **André** Castro **Soares**, nº 4855, Misericórdia

